



PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI N°
DE SETEMBRO DE 2023**

Dispõe sobre a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o orçamento geral do Município de Areia Branca, Estado de Sergipe, relativas ao exercício financeiro de 2024, e dá outras providências.

Alan Andreilino Nunes Santos, Prefeito Municipal de Areia Branca, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º - Esta Lei estima a Receita e fixa as Despesas para a Lei Orçamentária Anual do Município de Areia Branca para o Exercício Financeiro de 2024, nos termos do art. 165, §5º da Carta Magna, Lei Federal nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Orgânica Municipal, Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, o PCA – Plano de Contratação Anual, estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 10.947/2022, do Plano Plurianual de Ações – 2022/2025 e Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício a que se refere.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

I – Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta,

II – Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados. (compreende a proteção dos direitos relativos à Saúde, Previdência Social e Assistência Social – art. 194 da Constituição Federal)

CAPÍTULO II
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SECÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art.2º - A Receita Total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social, já com as devidas deduções legais, é de **R\$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais)**, assim divididos:

I – Orçamento Fiscal: **R\$ 63.602.848,00 (sessenta e três milhões, seiscentos e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais)**;

II - Orçamento da Seguridade Social: **R\$ 28.397.152,00 (vinte e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e dois reais)**.

Parágrafo único. A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo ente municipal, para alocação e cobertura das despesas públicas, cujos ingressos orçamentários constituem Receita Pública, podendo ser classificadas em Receitas Correntes e de Capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II – Resumo Geral da Receita, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

RECEITAS CORRENTES		VALOR R\$
1100	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.825.900,00
1200	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200,00
1300	RECEITA PATRIMONIAL	867.210,00
1400	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

1500	RECEITA INDUSTRIAL	0,00
1600	RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00
1700	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	90.177.350,00
1900	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	53.500,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		97.925.160,00
RECEITAS DE CAPITAL		VALOR R\$
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		100,00
ALIENAÇÃO DE BENS		500,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL		1.990.500,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		1.991.100,00
TOTAL GERAL DA RECEITA		99.916.260,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA – RENÚNCIA		0,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA – DESCONTOS CONCEDIDOS		0,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		7.916.260,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES		7.916.260,00
TOTAL GERAL DA RECEITA (LÍQUIDA)		92.000.000,00

SEÇÃO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art.3º - As despesas serão fixadas segundo a discriminação constante dos quadros demonstrativos de **órgãos, funções e subfunções, categorias econômicas e grupos de natureza da despesa**, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃO

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
PODER LEGISLATIVO	3.800.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	59.802.848,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.108.772,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	22.288.380,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	92.000.000,00

POR FUNÇÃO

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
------------------	------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

01 – LEGISLATIVA	3.800.000,00
02 – JUDICIÁRIA	619.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	8.063.604,56
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.108.772,00
10 – SAÚDE	22.288.380,00
12 – EDUCAÇÃO	39.104.716,00
13 – CULTURA	268.220,00
15 – URBANISMO	5.970.222,00
16 – HABITAÇÃO	20.000,00
17 – SANEAMENTO	600,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	313.700,00
20 - AGRICULTURA	960.720,00
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.700,00
25 – ENERGIA	372.200,00
26 – TRANSPORTE	500.300,00
27 – DESPORTO E LAZER	732.482,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	2.795.000,00
99 – RESERVA	80.383,44
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	92.000.000,00

PELA NATUREZA DA DESPESA

DESPESAS CORRENTES	VALOR R\$
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.034.958,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.645.473,56
DESPESAS DE CAPITAL	VALOR R\$
INVESTIMENTOS	5.443.985,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.795.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	VALOR R\$
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.383,44
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	92.000.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art.4º – Ficam autorizados os Poderes do Município (Executivo e Legislativo), seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive Fundações, a abrirem créditos adicionais suplementares até o limite de 80% da despesa orçada, conforme art. 7º, inciso I, da lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º - Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais suplementares serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - Acompanharão os Projetos de Lei, relativos a créditos adicionais, exposições de motivos que os justifiquem.

§ 3º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara de Vereadores serão considerados abertos com a sanção, publicação da respectiva Lei.

§ 4º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação vigente.

§ 5º - Não será admitida modificação do valor global dos Projetos de Lei de Orçamento e de Créditos Adicionais, em observância ao disposto no inciso I do artigo 63, combinado com o §3º do art. 166, ambos da Carta Magna de 1988.

§ 6º - A reabertura dos Créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição Federal, quando necessária, será efetivada mediante Decreto do Prefeito Municipal.

SECÃO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art.5º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, atendidas as disposições contidas nos arts. 32 e 38 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Parágrafo único: O município enviará um pedido para verificação de limites e condições para análise da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e uma vez tendo parecer favorável encaminhará projeto de Lei à Câmara de Vereadores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art.6º – O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, deverá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

Art.7º – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer uso do que dispõe o art. 66 e parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º – As metas fiscais definidas na Lei de diretrizes orçamentárias para 2024, em obediência à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), ficam reajustadas na conformidade dos quadros correspondentes que integram os demonstrativos consolidados desta Lei.

Art.9º – Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Criar fontes de recursos objetivando atender à identificação de Receitas, com aplicação específica, não incluída no orçamento;

II – Estabelecer normas para realização de despesas, na qual deve fixar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da Receita, a fim de que se obtenha o equilíbrio financeiro preconizado pela legislação em vigor;

III – Criar elementos de despesa, com a respectiva fonte, que podem ser suplementados nos termos do art.4º desta Lei;

IV – Incluir, por Decreto, novas ações ou novos elementos de despesas em ações já consignadas no orçamento, desde que sejam decorrentes de recursos de convênios ou ainda, para adequar o orçamento aos programas cujos os recursos sejam provenientes do Governo Federal e/ou Estadual, bem como suas contrapartidas.

Art.10º – Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os anexos constantes do Plano Plurianual de investimentos do quadriênio 2022-2025 e da lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, garantindo a compatibilidade com a presente Lei Orçamentária conforme art. 166 da Constituição da República Federativa do Brasil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

Art.11º – O Poder Executivo, por ato do Ordenador de Despesa, poderá durante o exercício de 2024, ajustar as fontes de recursos, sem alterar a programação constante da Lei Orçamentária Anual para manter o equilíbrio na execução dessa Lei, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 2021 – 9º edição (pág.145 a 152), Portaria Conjunta STN/SOF nº 20 de 23/02/2021, Portaria nº 710, de 25/02/2021, Portaria nº 925, de 08/07/2021, Portaria 1.445, de 14/06/2022, Portaria 5.810, de 29/06/2022 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art.12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art.13º - Revogam-se as disposições em contrário.